



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 3, v. 1 mai.-out. 2015

p. 131-151.

O terceiro banheiro: fuga da “pedagogia do insulto” e/ou reforço da heteronormatividade?

Fabrizio de Sousa Sampaio¹

RESUMO: Este artigo objetiva discutir corpo, sexo, gênero e práticas educativas a partir de um episódio de preconceito e discriminação com relação ao uso dos banheiros femininos por alunos de uma escola pública estadual da cidade de Sobral-CE. Butler (2003), Foucault (1999), Fry e Mcrae (1986), Louro (1999, 2000, 2001) e Preciado (2008) constituíram os principais interlocutores nos questionamentos apontados neste texto. Os diálogos informais, depoimentos orais, observação participante e conversas em grupos foram as técnicas de coleta de dados no decorrer da inserção no campo de pesquisa. Como uma das inconclusivas da pesquisa realizada, podemos afirmar que: a construção de guetos, modificação e construção de espaços afins e ganhos obrigatórios no campo da cultura e do direito com relação aos indivíduos de orientação homoafetiva podem inicialmente, de forma estratégica, recompensar e possibilitar certas liberdades sociais e culturais que lhes foram e são retiradas incessantemente por uma sociedade heteronormativa, mas, no entanto, a longo prazo, devem ser repensadas como uma “inclusão” que não desestabiliza a “heteronorma” e somente a reforça.

PALAVRAS-CHAVES: Corpo; Gênero; Banheiros; Práticas educativas.

Abstract: This article aims to discuss the body, sex, gender, and educational practices from an episode of prejudice and discrimination regarding the use of female toilets for students at a state school in the city of Sobral-CE. Butler (2003), Foucault (1999), Fry and McRae (1986), Louro (1999, 2000, 2001) and Preciado (2008) constituted the main interlocutors pointed questions in this text. The informal dialogues, oral interviews, participant observation and talks groups were the techniques of data collection during the insertion into the search field. As one of the research inconclusive performed, we can state that: the construction of ghettos, modification and construction of similar spaces and required gains in the field of culture and rights regarding the homoafetiva orientation of individuals may initially strategically reward and enable certain social and cultural freedoms to them and are taken continuously by a heteronormative society, but nevertheless in the long run, should be rethought as an "inclusion" not destabilize "heteronorm" and only strengthens.

Keywords: Body, Gender, Bathrooms, Educational practices.

Resumén: Este artículo tiene como objetivo discutir el cuerpo, el sexo, el género y las prácticas educativas de un episodio de los prejuicios y la discriminación en relación con el uso de los baños femeninos para los estudiantes en una escuela pública en la ciudad de Sobral-CE. Butler (2003), Foucault (1999), Fry y McRae (1986), Louro (1999, 2000, 2001) y Preciado (2008) constituyeron los principales interlocutores e señalaron preguntas en este texto. Los diálogos informales, entrevistas orales, observación participante y charlas con grupos fueron las técnicas de recolección de datos durante la inserción en el campo. Podemos afirmar que la construcción de guetos, modificación y construcción de espacios similares y avances en el campo de la cultura y derechos con respecto a la orientación homoafetiva de individuos pueden inicialmente estratégicamente recompensar y permitir ciertas libertades sociales y culturales a ellos y se toman continuamente por una sociedad heteronormativa, pero, sin embargo, en el largo plazo, debe ser replanteado como "inclusión" que no desestabiliza la "heteronorma" y sólo la fortalece.

Palabras clave: Cuerpo; Género; Baños; Las prácticas educativas.

¹Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: farcosousa@yahoo.com.br

1. “Mulher, tu se incomoda se eu entrar?”²

Em 2012, com a finalidade de delimitar um objeto de estudo para ingressar em algum programa de pós-graduação nacional, adotei uma postura de estranhamento na escola na qual lecionava, na cidade de Sobral – CE, em relação às normas de gênero e a sexualidade. No final daquele ano, uma das práticas estudantis era comentada em quase todas as rodas de conversas, principalmente entre funcionários e professores. Alunos assumidamente de orientação “homoerótica³ ou “homoafetiva” estavam utilizando o banheiro feminino para realizar suas necessidades fisiológicas. Tal prática caminhava para se transformar numa das rotinas escolares sem “problemas”, pois eram poucos alunos que a praticavam: em média dez alunos pela tarde, uns cinco pelo turno da manhã e não existia ocorrência durante a noite.

Os “intrusos”⁴ do banheiro feminino já tinham construído algumas estratégias de utilização deste banheiro no ano passado. A primeira estratégia era sempre levar consigo uma colega de turma. Ela entrava no banheiro, certificava-se de que não havia ninguém e então acionava o seu companheiro para utilizá-lo. A segunda era utilizada na medida em que esses “intrusos” percebiam comportamentos de repúdio, raiva ou insatisfação das meninas presentes no banheiro por meio de gestos, olhares atravessados ou reclamações verbais. Eles logo se justificavam: “desculpa, mas a gente tá utilizando o banheiro feminino porque a gente está cansado de sofrer discriminação, piadinhas e bullying no dos homens viu”⁵. E a terceira estratégia era pedir ajuda à merendeira escolar. Ela exerceria a mesma função da aluna acompanhante relatada da primeira estratégia caso a mesma não tivesse disponível de ir ao banheiro por algum motivo: seja porque o (a) professor (a) da sala no momento não liberou ou até mesmo por causa da ausência da aluna na escola.

² Estratégia de cordialidade utilizada pelos alunos “homoafetivos” para usar o banheiro feminino quando se deparavam com alguma menina presente no mesmo.

³ A escolha do termo “homoerótica” para identificar as relações amorosas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo ratifica uma postura crítico-teórica de afastar a conotação de exclusividade sexual unívoca acreditada pelo senso comum quando o assunto é uma aproximação erotizada entre homens. Para Costa (1992) o termo “homoerotismo” – tomado de empréstimo do psicanalista Sandor Ferenczi, contemporâneo de Freud – é mais flexível e descreve a pluralidade de atrações eróticas ou formas diversas de se relacionar fisicamente entre sujeitos do mesmo sexo biológico. Além disso, a palavra ‘homossexual’ “está excessivamente comprometida com o contexto médico-legal, psiquiátrico, sexólogo e higienista de onde surgiu” (ibid, p. 23-4).

⁴ A palavra “intrusos” foi cunhada da fala dos pais que reclamaram “atitudes” dos gestores para coibir essa “imoralidade”. Essa palavra será utilizada para designar esses alunos que transgridam os espaços públicos determinados pela ditadura do gênero e o fazem para suprir suas necessidades fisiológicas tentando se proteger dos processos discriminatórios realizados pelos alunos “normalizados”.

⁵ Trecho do depoimento de um dos alunos mais politicamente engajado da escola e que liderava de certa maneira os outros alunos que eram afetados por esse problema de utilização do banheiro. Ele aponta como uma das soluções desse problema: a construção de um terceiro banheiro a fim de abrigar os gays que eram “afeminados”, os que se consideravam transexuais e os jovens que se “montam” parcialmente.



Porém, mesmo com alguns desconfortos das meninas, quase sempre minimizados por essas estratégias adotadas pelos “intrusos”, tal prática somente se tornou um problema “da escola” quando adquiriu maior visibilidade, principalmente quando o diretor da escola e as coordenadoras pedagógicas foram questionados por um grupo de pais, na maioria evangélicos, que exigiram “medidas urgentes” para acabar com “essa safadeza”⁶.

Nesse sentido surgiram algumas indagações que balizaram a construção deste artigo. Por que existem apenas dois banheiros na escola e na grande maioria das instituições sociais marcadamente opostos pelos termos masculinos e femininos? Qual o sentido social dessa determinação binária dos banheiros? Quais marcadores sociais distinguem os corpos e os direcionam para a utilização dos dois banheiros? Por que se tornou “problema” meninos utilizar o banheiro feminino? O que está por trás da solução apontada – a construção de um terceiro banheiro – por um dos alunos?

O texto objetiva refletir sobre essas questões que envolveram a tensão entre a utilização binária dos banheiros escolares, a pedagogia e o currículo heteronormativo e a solução do “terceiro banheiro” levantada por um dos alunos. O pesquisador esteve observando as discussões entre os alunos envolvidos, o diretor, a coordenação pedagógica e alguns pais e mães. Depois o diretor da escola foi entrevistado. E no intervalo de uma reunião a outra, foram mantidos alguns diálogos informais com três alunos: um que se autodenominava líder e “porta-voz” dos “que estavam passando pela mesma dificuldade” (Depoimento- José/2013); e outros dois que foram solicitados para integrar o processo de discussão por terem sido apontados pelas filhas do grupo de pais como os que mais frequentavam o banheiro feminino durante o turno da tarde. Aos alunos foram atribuídos os nomes fictícios de José, Alisson e Pedro para resguardar o anonimato.

A escola como território de fabricação de sujeitos tendo como referência a heteronormatividade constitui a discussão da primeira seção do artigo. Em seguida, a reflexão gira em torno dos marcadores sociais dos corpos – o sexo e o gênero – para compreender a construção binária dos banheiros escolares. Na terceira e quarta seção, o foco de análise será o episódio sobre a problemática do uso do banheiro feminino por alunos numa escola estadual da cidade de Sobral – CE.

2. Escola: gênero e sexualidade no banheiro

O espaço escolar é um território contestado de fabricação dos sujeitos, suas identidades e seus corpos. Quando, nesse espaço, os assuntos são gênero e sexualidade, as vozes, os pensamentos, as

⁶ Termos citados pelo diretor acerca do tom da conversa que teve com os pais.



práticas e os desejos contrários a “heteronormatividade” devem no mínimo ficar no “armário” ou permanecerem invisíveis, haja vista o risco de confrontar o pensamento heterossexual reinante na sociedade ocidental. Entretanto, a desordem emerge quando o que foi estabelecido, transmitido e cristalizado por uma pedagogia e um currículo “heteronormativo” passa a ser questionado, rompido ou fissurado tanto pelos atores sociais quanto pela emergência de novas práticas que de certa maneira desestabilizam uma naturalização cujo teor arbitrário começa a ser desocultado.

A escola produz diferenças. Separa os meninos e as meninas. Opera classificações, ordenações e hierarquizações através de inúmeros mecanismos: cognitivos, arquitetônicos, políticos, sexuais, relacionais, funcionais e etc. Por meio de símbolos e códigos, ela delimita o espaço de cada um (LOURO, 2010, p.57-8). E, além disso, produz identidades de gênero, classe, etnia e sexo. Enfim, corrobora para a manutenção de uma sociedade distinta. A pedagogia e o currículo escolares operam incansáveis distinções as quais direcionam e delimitam tanto os espaços de atuação, convivência e circularidade dos estudantes e das estudantes quanto o tipo, intensidade e duração das relações com os “outros” no interior da escola. Esses “outros” são autorizados ou interditados como alvo de relacionamento interpessoal através das mensagens emitidas pela escolarização.

O ambiente escolar participa do processo de ‘naturalização’ das concepções, valores e pensamentos da cultura através da aprendizagem. Espaços, tempos e pessoas são incessantemente consideradas permitidas ou proibidas no processo de interação com o “Outro”. E como principais delimitadores socioespaciais e temporais podemos citar os marcadores culturais de raça, classe, etnia, gênero e sexualidade (LOURO, 2010). Esses delimitadores atravessam e engendram políticas e práticas curriculares essencialmente através do currículo oculto. Os alunos e as alunas vão aprendendo em qual lugar devem transitar como também os discursos e as identidades possíveis e proibidas socialmente. Entretanto, nem sempre os estudantes e as estudantes introjetam de forma direta e passiva os valores, crenças, conteúdos científicos, práticas, posturas e identidades veiculadas pelos dispositivos curriculares. Há resistências e reações principalmente dos “alienígenas” ou excluídos do cânone curricular ocidental heteronormativo e “embranquiado”. Ocorre que esses excluídos recusam suas condições de exclusão e passam a questionar a “heteronormatividade”.

Rogério Diniz Junqueira (2012) considera que a heteronormatividade – conjunto de valores e práticas discursivas que institui a heterossexualidade como a única expressão natural e legítima dos sujeitos – impregna o currículo escolar, produz classificações, hierarquizações e estigmatizações e compromete o direito à educação de qualidade (ibid, p. 65). A escola produz, reproduz e atualiza os



parâmetros da heteronormatividade ao se empenhar “na reafirmação e na garantia do êxito dos processos de ‘heterossexualização’ compulsória e de incorporação das normas de gênero, colocando sob vigilância os corpos de todos/as” (p. 66). Para Guacira Lopes Louro (2009), a heterossexualidade hegemônica é sustentada fundamentalmente pela heteronormatividade.

Para Louro (2010, p.64), “os currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia e classe [...]”. Assim deve se questionar tais espaços e constructos culturais, como também as práticas de ensino, as teorias e práticas que constituem o processo de formação de professores como também as políticas educacionais como um todo.

A produção da diferença dos sujeitos é acompanhada por preconceitos, discriminações, proibições, marginalizações e estigmatizações. E esses movimentos circulam no espaço escolar como na sociedade como um todo e são “cotidiana e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as” (JUNQUEIRA, 2012, p. 66).

Objetivando desocultar os sexismos, etnocentrismos, preconceitos e racismos inerentes a essas produções das diferenças e das desigualdades com vistas a classificação e hierarquização dos sujeitos, é de suma importância atentar para o fato de que toda diferenciação dos sujeitos está implicada numa relação de poder que objetiva incluir, excluir, qualificar ou abjetar pessoas (LOURO, 2010).

A autora nos convida para olhar além dos binarismos de gênero e considerar as complicadas combinações de gênero, sexualidade, etnia, classe e raça. Ela sugere a linguagem como melhor campo para observar as institucionalizações das distinções e desigualdades, pois a linguagem “institui e demarca os lugares dos gêneros” por diversas formas. E, por isso, é mais importante, além de “escutar o que é dito sobre os sujeitos”, atentar para o “não-dito”, aquilo que é silenciado – “os sujeitos que não são, seja porque não podem ser associados aos atributos desejados, seja porque não podem existir por não poderem ser nomeados” (LOURO, 2010,p.67). Os/as homossexuais e a homossexualidade são exemplos desse processo de negação ou ocultamento engendrado pela cultura dominante.

Conforme o depoimento dos jovens chamados a dar justificativas aos gestores da escola, existem muitos alunos e alunas que ainda não conseguiram superar a barreira difícil de reconhecer o desejo homossexual ou ainda de “assumir uma identidade homossexual ou gay” (Depoimento - José/2013). Eles não conseguem deixar de se perceber como “desvios, patologias, formas não-naturais e ilegais da sexualidade”. E, assim, meninos “afeminados” ou os que não performatizam a



heterossexualidade obrigatória – namoram meninas, jogam futebol e saem com outros meninos reconhecidamente heterossexuais – vão constituindo alvos permanentes de preconceito, discriminação e violência justamente porque não aprenderam com a escola ou com a cultura uma lição bastante significativa: “a lição do silenciamento ou dissimulação” quando “seus desejos se dirigem para práticas consideradas inapropriadas para seu gênero” (LOURO, 2010, p.83).

Em acréscimo, esse “outro” – perverso, estranho, inferior ou doente – que não está em sintonia com os arsenais de identificação disponibilizados pela heteronormatividade será alvo de “pedagogias do insulto” e do “armário” (JUNQUEIRA, 2012). Desde cedo, jovens e crianças que não se aproximam dos marcadores heteronormativos, estarão envolvidos em brincadeiras, piadas, jogos, insinuações e apelidos desqualificadores. Para esse autor, a compreensão da homofobia é crucial numa sociedade centralizada nas normas de gênero e da heteronormatividade. A homofobia não pode ser entendida como simplesmente um conjunto de atitudes negativas em relação a gays, lésbicas, travestis, bissexuais e transexuais. Derivada do heterossexismo que evita abordagens despolitizantes com auxílio de concepções universalistas, esse fenômeno social deve ser relacionado a “preconceitos, discriminação e violência voltados contra quaisquer sujeitos, expressões e estilos de vida que indiquem transgressão ou dissintonia em relação às normas de gênero, à matriz heterossexual, à heteronormatividade”. Nas rotinas, valores e práticas escolares, a homofobia e o heterossexismo agem de maneira ostensiva em todos os seus espaços e suas lógicas atingem desigualmente os sujeitos (JUNQUEIRA, 2012, p. 67- 68).

O autor reitera que a pedagogia da sexualidade pode ser traduzida como uma “pedagogia do insulto” na qual as “brincadeiras” homofóbicas constituem “mecanismos heterorreguladores de objetivação, silenciamento (de conteúdos curriculares, práticas e sujeitos), dominação simbólica, normatização, ajustamento, marginalização e exclusão” (JUNQUEIRA, 2012, p. 69). Essa pedagogia também se traduz em “pedagogia do armário” através da qual os sujeitos são obrigados a rejeitar a feminilidade e a homossexualidade, aprendendo desde cedo a mover “as alavancas do heterossexismo e da homofobia” (ibid, p.70).

O “armário” – através de dispositivos e praticas de controle – silencia, inviabiliza, oculta e não nomeia os sujeitos posicionados de forma dissidente em relação à matriz heterossexual. Ao submetê-los ao segredo, silêncio e/ou exposição ao desprezo público, o armário implica uma gestão dos limites da heteronormatividade (JUNQUEIRA, 2012, P.71). As pedagogias do insulto e do armário também atingem todos os espaços escolares e principalmente os sujeitos homoafetivos.



A divisão binária dos banheiros - masculino e feminino - atua no processo de purificação dos corpos da possível “contaminação” pelos desejos “desviantes” ou de orientação ‘homofetiva’, visto que os modelos culturais de ser ‘homem’ e ser ‘mulher’ já pré-existem e não admitem fissuras ou fluidez. Além de se constituir num simples local destinado às necessidades fisiológicas, é lócus de produção de gênero e atualiza o dispositivo da heteronormatividade. Simbolicamente baseados num “fundacionalismo biológico”, os banheiros funcionam como “tecnologias de gênero” (PRECIADO, 2008) e as condições distintas de utilização dos mesmos são programadas culturalmente perfazendo mais um dispositivo de produção, reprodução e readequação das masculinidades e feminilidades possíveis e existentes numa masculinidade e feminilidade dominante e legitimamente aceita pela “heteronorma”.

A invasão ou utilização de um banheiro por um sexo/gênero não correspondente ou de “sexualidade desviante” representa não só o cruzamento de fronteiras, mas uma profanação da cultura heteronormativa, podendo ser arriscado no desmantelamento das naturalizações culturais sacralizadas e ritualmente reproduzidas por inúmeros dispositivos.

Essa invasão se torna muito séria porque se constitui numa transgressão das fronteiras de gênero, mesmo que ela esteja sendo feita por um ‘gay’ assumido e afeminado e que declare para as outras mulheres do banheiro: “sou quase mulher” (Depoimento-José/2013). Ainda assim, a invasão não é legítima, pois eles continuam possuindo, em última instância, a genitália masculina, fator anatômico fundante nas legitimações culturais de gênero.

O banheiro público é um espaço ambivalente desde sua idealização. É demarcado pela ditadura do gênero nos mais variados espaços de instituições em que eles são instalados e encerram uma proximidade e uma fronteira muito tênue entre a intimidade e a publicidade. Assim, é público porque um grupo de indivíduos é autorizado a frequentá-lo inicialmente para saciar suas necessidades fisiológicas e, ao mesmo tempo, de uma forma ou outra, os indivíduos correm o risco de ter que compartilhar certos aspectos de sua intimidade com outros que na ocasião encerram a figura de um público. Não somente porque são os outros, mas inclusive porque as intimidades descobertas podem através destes gerar um grau de publicização de proporções imprevistas.

Uma das estratégias de atualização da heteronormatividade ativadas espacialmente nos e pelos banheiros são os sentimentos de vergonha, humilhação e inferioridade causados pelos corpos não inteligíveis ou aqueles que insistem em adentrar no espaço “errado”. O banheiro encerra um dispositivo de determinação subjetiva da inteligibilidade do corpo, gênero e sexualidade cujo poder é expresso pelas



ações de publicização ou compartilhamento das intimidades e ocultamento ou resguardo das mesmas. Eles foram criados para controlar os corpos, sexualidades e gêneros quando estes se vêem na companhia de outros corpos. Além disso, conforme Cruz (2011), eles atuam na reiteração e enunciação das identidades. Essa autora destaca o caráter normativo e distintivo que envolve os banheiros. Nos espaços sociais só devem existir meninos e homens ou meninas e mulheres. Se não há banheiros para travestis ou transexuais [e os transgêneros e meninos “afeminados”] é porque eles não devem existir, pois são aberrações alvos de cura, exclusão ou readaptação.

O banheiro masculino engendra em nossa cultura ocidental heterossexista uma “proteção” da masculinidade padrão. Não sentir vergonha de urinar, tomar banho e exibir seu corpo diante dos outros do mesmo sexo, de certa maneira, constitui um ritual de legitimação da virilidade entre os homens heterossexuais. Ao passo que, conforme os deslizos que vão surgindo nesse processo de interação no banheiro masculino podem representar a expressão de sentimentos e desejos que ferem o espaço de reinado da virilidade, se coloca em xeque as virilidades compartilhadas e legitimadas pela aprovação dos pares.

Nesse sentido, podemos enfatizar duas grandes classes de deslizos. A primeira e a mais abjeta é o chamado efeminamento ou corpo trejeitado, “afeminado”. Como é mais facilmente visualizado, é o mais veementemente perseguido, ridicularizado, abominado. Em suma, alvo concreto preferencial da “pedagogia do insulto e do armário”. Como uma marca impressa no corpo, esse deslizos é o maior foco de exclusão e discriminação de indivíduos no banheiro masculino. É a categoria de deslizos mais violentamente combatida porque agride a virilidade frágil masculina padrão tão necessária de iguais para se manter.

Na escola em questão, os visivelmente afeminados fogem do banheiro masculino por temerem represálias e a grande maioria – de acordo com relatos dos alunos José, Alisson e Pedro – ficam as aulas todas sem ir ao banheiro por justamente não serem aceitos no banheiro feminino. “Esperam então chegar em casa para fazer suas necessidades”(Depoimento- José/2013). Além de desumano é no mínimo um atentado contra a dignidade humana.

A segunda classe de deslizos acontece com os alunos ou indivíduos que não possuem trejeitos ou não são detectados como gays perante os outros. Assim, o deslizos se dá com menor ou maior intensidade através de gestos, olhares e até insinuações diretas ou de duplo sentido no interior dos banheiros masculinos. Interessante que como esses deslizos não advém de seres inferiores – os “afeminados” – às vezes podem até serem encarados como brincadeiras e não serem interpretados pelas suas reais



finalidades – atração sexual ou paquera (conforme relatos dos três jovens). Esses deslizes são geralmente esquecidos ou ignorados para não comprometer a performance viril engendrada por seus infratores. De acordo com os três alunos “muitos casamentos começam no banheiro e de gente que você nem duvida que gostava por viver discriminando os veados” (Depoimento- Alisson/2013).

No processo quase imperceptível de fabricação dos sujeitos, Louro (2010) aconselha que, antes de perceber tal processo através de leis, decretos ou discursos das instituições – chamado currículo explícito (SILVA, 1999) – nosso olhar deve se voltar para as “práticas rotineiras e comuns, gestos e palavras banalizadas”. Precisamos “desconfiar do que é tomado como natural” (ibid, p.63). Nesse sentido, é “natural” a existência apenas de dois banheiros, um para os meninos e outro para as meninas? Como se dá o processo de reconhecimento desses meninos e meninas? Que marcadores de diferenciação são utilizados? E o que acontece com os corpos que não atendem as exigências binárias? O que está por trás da reivindicação pela construção de um terceiro banheiro dos jovens desta pesquisa? Essas divisões são naturais ou constituem efeitos produzidos pelas práticas de discriminação e normatização de gênero como também controle e acomodação dos corpos?

Uma tentativa de reflexão sobre essas questões será ensaiada na seção a seguir.

3. Usos do banheiro: corpos viáveis e conformes

O que sustenta e justifica a construção e a utilização binária dos banheiros nas escolas e em outras instituições sociais? Por que só temos essas duas opções e os transgressores dessa utilização “bivolt” são estigmatizados? A cultura brasileira define a utilização dos banheiros pelo esquadramento dos corpos buscando identificar inicialmente o “sexo”, ou melhor, a genitália. Pois essa realidade é percebida geralmente como o “fundamento biológico” do gênero. E quando isso não é possível, são avaliadas as “performances de gênero”. Um menino “afeminado”⁷ pode ser estigmatizado por confundir as fronteiras do gênero: é autorizado pela genitália a utilizar o banheiro masculino, mas por performatizar “traços” femininos deveria também utilizar o banheiro feminino. É o caso dos meninos da escola em análise que, por interiorizarem de certa maneira o feminino atribuído a eles, defendem a utilização do banheiro feminino ou então um “terceiro banheiro”, que englobaria os corpos sexuais masculinos com performances femininas.

⁷ Para Larissa Pelúcio (2011) o termo “afeminado” é pejorativo e caricatural e por isso em seu texto utiliza o termo “meninos femininos” que surge a partir de conversas e reflexões com Berenice Bento.



Assim, o sexo refletiria a “verdade” natural dos corpos e sustentaria a atribuição cultural binária de papéis sociais – os gêneros – a esses corpos sexuados. Mas o “sexo” é a “essência” dos corpos? A construção binária dos banheiros com relação ao sexo está vinculada ao “modelo de dois sexos” que impera nas culturas ocidentais. A categoria sexo pode ser considerada como uma das principais grades reguladoras da viabilidade social dos corpos humanos. Thomas Laquer (2001) afirma que o sexo, antes do séc. XVII, era uma categoria sociológica e não ontológica. Ou seja, ser homem ou mulher era assumir um papel cultural e não pertencer a um ou outro de dois sexos (p. 19). O século XVIII inventa os dois sexos como fundamento para o gênero (p. 190). Ou melhor, inventa dois sexos diferentes como ontologia para justificar o binarismo de gênero.

Para o autor, o “modelo de sexo único” era vinculado ao poder, legitimidade e paternidade do masculino e não aos seus corpos (LAQUER, 2001, p.70). O sexo feminino era uma “inversão” do masculino. Sem existência material inteligível, o feminino era reconhecido por seus papéis culturais preestabelecidos. Esse modelo tinha suas raízes na antiguidade e se ligava a determinadas áreas do pensamento médico (ibid, p. 152). Já no “modelo de dois sexos”, os corpos passaram a ser o fundamento da sociedade, “uma sólida fundação do homem e da mulher” em contraposição ao modelo de sexo único cujo fundamento residia na mecânica, no comportamento ou no gênero teatral (ibid, p. 202).

No “modelo de dois sexos”, o gênero binário como suposto fato da vida ganha sua base indiscutível e o corpo passa a ser considerado a fundação do gênero (LAQUER, 2001, p.210). A diferença do pênis e da vagina é construída não apenas como sinal da diferença sexual, mas também como seu fundamento (p. 280). Assim, o “corpo-sexuado” tornava-se a referência para a atribuição do gênero, pois possuiria a “materialidade” necessária. O sexo em forma de dois como a “essência interna” de cada corpo diferente se tornava a prova inefável – porque biológica e “material” – da completude cultural a ser inscrita nos corpos – os gêneros masculino e feminino. Então, a diferenciação oposicional precisa da genitália constituiria a “materialidade” fundante da distinção binária sexual dos corpos inclusive do seu status de humano. Dessa forma, os corpos que possuíssem os dois sexos ou não possuíssem nenhum seriam questionados em sua inteligibilidade como humanos.

Judith Butler (2000) irá questionar essa diferença “material” que é evocada para fundamentar a diferença sexual. Para a autora, essa “materialidade” é formada por práticas discursivas e a categoria sexo é norma que governa a materialização dos corpos. E como “prática reguladora”, o sexo produz, demarca e diferencia os corpos que governa (p. 153). O sexo é uma das normas que qualifica e legitima o corpo no “domínio da inteligibilidade cultural”. Não é algo que o sujeito



possui cuja materialidade possa ser considerada algo fixo ou estático, pois a própria “materialidade” dos corpos é um “efeito do poder”. Em suma, a materialização dos corpos e a significação do que pode ser material nos corpos é indissociável de normas regulatórias (BUTLER, 2000, p.154).

Butler (2003) problematiza a passividade do corpo o qual somente adquire significado através de um processo de inscrição cultural cuja fonte é acreditada como “externa” em relação a ele (p.185). O corpo apresentado como “anterior ao discurso” é compreendido como “matéria inerte”, sem significados e tem precedentes cristãos e cartesianos. Contrário a essa afirmação de um corpo “anterior à sua inscrição cultural”, como destaca ser uma posicionamento de Michel Foucault, a filósofa pensa o corpo como prática significativa cuja demarcação “não é iniciada pela história reificada ou pelo sujeito. É resultado de uma estruturação difusa e ativa do campo social” (ibid, p. 188). Ou seja, é na prática que o corpo adquire os significados que regulam a sua inteligibilidade. O sexo como fundamento biológico do gênero e dos corpos é percebido então com base nessas formulações como um efeito de poder construído para regular a inteligibilidade dos sujeitos. Assim, os corpos sexuais e generificados não são tão evidentes e nem possuem uma “essência” de sustentação que justificaria o status de regulação social de sua viabilidade. Ao contrário, é o gênero que produz o sexo como algo anterior à cultura e por isso adquire o status de inquestionável. As normas regulatórias através da performatividade transformam o sexo na “matéria” dos corpos (BUTLER, 2000, P. 154).

Em outras palavras, o fenômeno sexo é produzido pela reiteração do discurso como causa fundante dos corpos e não como efeito de poder da nomeação. O que se nomeia/produz é o que se pretende regular e constringer. “A nomeação é, ao mesmo tempo, o estabelecimento de uma fronteira e também a inculcação repetida de uma norma”. Mas, como salienta Butler, nunca o processo de reiteração, singular aos processos de materialização do sexo e “generificação” dos corpos, é totalmente completado. As normas impostas de materialização e “generificação” não conseguem conformar todos os corpos completamente (ibid, p. 161). Ou mais sucinto, o sexo ou o “sexualmente factual” são “ilusões de substância”, assim como os gêneros, pelas quais os corpos são obrigados a se aproximar (BUTLER, 2003, p.210).

O conceito de performatividade de Butler, utilizado para fazer uma genealogia crítica tanto do sexo quanto do gênero, corresponde à reiteração prática do discurso que objetiva produzir aquilo que nomeia (BUTLER, 2000, p. 154). Não é um ato singular ou intencional do sujeito. É uma reiteração de uma norma ou conjunto delas que “oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição” (ibid, p.166).



Se o sexo e o gênero como marcadores sociais dos corpos humanos veiculados para designar em qual banheiro os sujeitos devem utilizar são efeitos de poder reiteradamente constituídos, então a determinação do uso dos banheiros encerra mais uma prática regulatória cuja “fundação” ou “coerência interna” precisa ser performatizada como “ilusão de substância”.

Talvez a distinção entre sexo e gênero não exista e seja uma construção cultural como o próprio sexo e o gênero o são (BUTLER, 2003, p. 25). E se o sujeito emerge apenas no interior das relações de gênero, pois elas são anteriores a emergência do “humano”, (id, 2000) os corpos só podem existir como “marcas de gênero” (2003, p.27).

Além disso, o processo de “assumir um” sexo ou gênero está vinculado com os meios discursivos em que a “matriz heterossexual”⁸ possibilita ou nega determinadas identificações (BUTLER, 2000, p. 155). A materialidade do sexo é circunscrita e contornada pela heterossexualidade (ibid, p. 170). Regulados por essa matriz, os sujeitos são formados com referência aos seres abjetos produzidos simultaneamente. Os abjetos não possuem o status de sujeitos e funcionam como um “exterior constitutivo” do domínio de circunscrição dos sujeitos (ibid, p.155).

Os meninos “afeminados” – seres abjetos – que buscam o banheiro feminino expressam as “identidades de gênero” ininteligíveis que desestabilizam os limites e os objetivos da inteligibilidade cultural e disseminam “matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero” (BUTLER, 2003, p.39). Contrariamente aos “gêneros inteligíveis”, aqueles que reivindicam coerência e continuidade entre sexo, gênero, desejo e prática sexual (ibid, p.38). São esses “gêneros inteligíveis” que justificam a arquitetura binária dos banheiros e a inclusão/exclusão dos corpos neles.

Essa desestabilização dos “gêneros inteligíveis” pelos meninos “afeminados” afeta o regime da “heterossexualidade compulsória” em que o gênero é binário, substantivo e se diferencia pelas práticas do desejo heterossexual. Nele, há uma causalidade entre sexo, gênero e desejo em que “o desejo reflete ou exprime o gênero, e que o gênero reflete e exprime o desejo” (BUTLER, 2003, p. 45). Contrariamente, para a autora, o gênero é “performativo”, uma “estilização repetida do corpo”, é um feito e sua unidade é efeito prático de uniformização com base nesse regime (ibid, p. 48-57).

⁸ Butler (2010, p. 216) designa como “matriz heterossexual” o modelo discursivo hegemônico da inteligibilidade de gênero que reivindica uma coerência corporal expressa na vinculação direta oposicional e hierárquica entre sexo e gênero estável. Um corpo com pênis seria um macho e ocuparia a posição social masculina. Um corpo com vagina seria uma fêmea e exerceria seu papel social feminino culturalmente estabelecido.



Criticando o gênero performativo de Butler, Preciado (2008) defende um gênero protético atrelado à “materialidade” do corpo. Assim a performance engendrada pelo sujeito a fim de atingir a unidade heteronormativa sexo-gênero-desejo só é eficaz através de um corpo sempre tecnicamente modificado conforme os modelos inteligíveis de corpo-gênero-sexo-desejo. Em suma, já que não há “essência” no corpo, apenas seu aparato biológico de nascimento pronto a ser transformado, a gestão corpórea constitui na estratégia subjetiva fundante tanto para conformação aos gêneros inteligíveis quanto para a subversão de gênero.

Louro (2010) chama atenção para os esforços da cultura ocidental para ‘naturalizar’ a heterossexualidade. E questiona se ela é realmente natural, pois existem tantos dispositivos para legitimá-la. Ora que “naturalidade” é essa tão tênue e fluida que no espaço da intimidade de exposição corporal num banheiro é necessário discriminar e violentar outros corpos que possuem outros gêneros e sexualidades não-heterossexuais? Não resta dúvida que a existência dos dispositivos de naturalização corrobora com o caráter arbitrário e historicamente situado da “heterossexualidade compulsória”.

Sendo os banheiros uma arquitetura social construída para legitimar a “heterossexualidade compulsória”, nos quais os corpos devem se conformar ao binarismo de gênero, o episódio dos meninos que frequentavam o banheiro feminino é subversivo por demonstrar que as práticas regulatórias da inteligibilidade dos sujeitos atuam em todos os espaços e com todos/as pessoas que participam do cotidiano escolar. Regula inclusive a prática das necessidades fisiológicas. Assim, o banheiro binário se constitui em mais uma das tecnologias de governo dos corpos que as instituições sociais reiteram e criam como inerentes e anteriores às inscrições culturais. Esse episódio torna-se um “problema” por questionar a legitimidade do binarismo de gênero em abarcar as diversas configurações de corpo e gênero. As próximas seções tentam discutir aspectos relevantes das reuniões do núcleo gestor com os jovens “intrusos” e a problemática do uso do banheiro escolar.

4. A identificação dos “intrusos”

Depois de quase sete meses de utilização do banheiro feminino, os homens passam a ser chamados na diretoria para explicar sobre tal prática, logo após conversas com vários pais e principalmente mães sensibilizadas com as reclamações de suas filhas. O teor de conversa com esses pais e mães não foi nem muito amigável e muito menos aberto a diálogo e entendimentos. Eles e elas exigiram, sem muita discussão, a extinção dessa prática sob a pena de, além de retirar suas filhas da escola,



encaminhar o fato à ouvidoria da secretaria de educação do estado do Ceará alegando junto a outros pais e mães as práticas de perversão, promiscuidade e intenção sexual dos estudantes adotadas pelas escolas e até autorizadas pela gestão escolar.

Ora, numa sociedade ocidental sumariamente heteronormativa e que tem a instituição escolar junto à família como principais ferramentas de manutenção e reprodução de uma ordenação de gênero e sexualidade correlacionadas ao sexo biológico tido como universal, realmente a publicidade dessa prática seria considerada algo muito mais que profano. Seria antipedagógica e até criminosa.

Assim, a primeira atitude dos gestores da escola foi identificar os “intrusos”. Foi fácil, pois um dos alunos, por se considerar gay assumido e atuar de certa maneira como militante e defensor dos direitos humanos e sumariamente contra práticas homofóbicas dentro e fora da escola, já tinha tomado conhecimento dessa prática e ele era um dos seus principais praticantes e iniciadores dessa considerada “invasão de privacidade” pelas meninas.

Essa atitude tem significados muito pertinentes. Primeiro a identificação desses jovens significou uma “caçada” às bruxas aos seres desviantes, anormais ou desordeiros. Esses jovens, por não possuírem um local digno e isento de violências para saciar suas necessidades fisiológicas, deveriam ser “curados” de seus “distúrbios” ou receber os “verdadeiros” sentidos da escolarização e socialização heteronormativa. Eles deveriam não se resignar às pedagogias do insulto e do armário a eles endereçadas porque tal endereçamento era causa social natural de pessoas com as “características” que eles possuíam. Com isso, a escola teria exercido sua função heteronormativa.

O principal fator que facilitou a identificação dos “intrusos” foi a visibilidade abjeta que os mesmos possuíam numa escola compulsoriamente heterossexual. Os “intrusos” eram constituídos por alunos de orientação homoerótica assumida e que possuíam os ditos “trejeitos” que desmascaram uma condição homossexual e constituem as marcas mais odiadas pela sociedade heterossexual compulsória, porque agridem a relação estável sexo/gênero/identidade como também de grande maioria dos próprios sujeitos homoafetivos. É tanto que o aluno José relatou que conhece vários gays que vão normalmente ao banheiro masculino e “não acontece nada porque eles não se parecem com gays, é tanto que rola às vezes até paqueras lá e fica por isso mesmo e ninguém fica sabendo, só a gente mesmo que é amigo deles que às vezes eles contam né... (frase acompanhada de risos)”.

A segunda ação do núcleo gestor foi conversar com todos esses alunos e tentar, de início, coibir através de argumentações, principalmente as reais, ou seja, as ameaças dos pais e mães que



procuraram o diretor e exigiram providências. E a terceira ação foi construir um plano de combate à discriminação velada que acontece na escola contra os alunos que assumem sua condição homoafetiva e que, por possuírem trejeitos, são, quase sempre, alvos da “pedagogia do insulto e do armário” cuja consequência principal é a exclusão dos banheiros masculinos.

5. “Onde faço as minhas necessidades então?”

Na primeira conversa com os ‘intrusos’, a direção da escola inicia explicando que na sociedade existem regras que não podem ser quebradas e que essas existem para organizar melhor os ambientes sociais e promover a paz de todos. Continuando sua fala, expõe as razões pelas quais os alunos tinham sido chamados para a conversa e pede para os mesmos expressarem as justificativas para tal prática. Conclui destacando que não tem nada contra a homossexualidade, mas ressalta que às vezes os gays exageram e acabam perdendo o respeito de todo mundo.

A direção funcionou como porta-voz da heteronormatividade. Além de tentar transmitir que as distinções e normalizações que superiorizam as práticas heterossexuais são naturais e incontestáveis, ela exige, ao utilizar a palavra respeito, que todas as práticas “desviantes” e subversivas devam ser extintas ou adaptadas em favor da “normalidade” ou naturalidade. E o mais grave das práticas em questão na reunião é que, além dessas infringirem os dispositivos do gênero inteligível, elas “exageram”. Ou seja, elas causam desconforto nos sentimentos homofóbicos e “efeminofóbicos” enfatizados pelo diretor escolar.

O aluno José logo pede a palavra e inicia sua fala expondo as inúmeras vezes em que foi vítima de brincadeiras, humilhações e bullying nos banheiros masculinos. Ele conta que certa vez jogaram urina nele, além de pedirem para ele urinar sentado no vaso ou pedirem pra “balançar já que tu é especialista no assunto”. Pedro conta que nunca foi ao banheiro masculino, só vai nos dias em que não tem aula. Relata que já teve um problema urinário por ter segurado sua urina até chegar a casa: “já tentaram trancar a gente no banheiro” (Depoimento – Pedro/2013). Nesse sentido, José resume a preocupação dos meninos quando se depararam com tais realidades: “onde vou fazer as minhas necessidades então?”.

Os meninos concluem dizendo que a única maneira que tiveram para não prejudicar a saúde, continuar fazendo suas necessidades fisiológicas e evitar a “pedagogia do insulto”, denominado por ele por bullying, foi a utilização dos banheiros femininos. Disseram que inicialmente era no decorrer das aulas, com a autorização do (a)s professore (a)s, momento em que a frequência de



meninas é menor em comparação ao início e ao intervalo das aulas. Mas com o impedimento do (a) professor(a)s, eles passaram a utilizar o banheiro no horário de pico – o intervalo – e então as meninas começaram a reclamar, mesmo com a justificativa: “mulher eu sou também mulher, só porque tenho pênis, tu fica achando ruim eu usar teu banheiro?” (Depoimento- José/2013). O corpo é a expressão mais visível e reconhecidamente “verdadeira” da identidade dos sujeitos. Mesmo que ensaiando uma performance feminina, os meninos “afeminados” não eram aceitos como “iguais”, pois o “corpo físico/percebido” continuava masculino. Essa realidade é constatada pela reação enérgica dos pais e responsáveis quando souberam da intromissão dos meninos nos espaços femininos, marcados por pudor, dessexualização e não-compartilhamento de intimidades – os banheiros.

O corpo materializa um conjunto de poderes culturais de subjetivação como também possibilidades estratégicas subjetivas de resistência. Fora do binarismo de gênero todo corpo será punido, excluído, intimidado a se moldar. Na ambiência heteronormativa não há espaços para ambigüidades, resistências, investimentos criativos ou investimentos “queer” do corpo. Os corpos “queer” encerram o maior inimigo da inteligibilidade corpórea.

Pereira (2012, p.374) destaca o repertório comum que confere contestação ao pensamento queer: a luta contra a heterossexualidade compulsória e posição contrária aos binarismos fáceis. Os pressupostos epistemológicos queer de desestabilização do binarismo de gênero e da elucidação dos regimes de saber/poder que atuam na regulação/produção da heterossexualidade seriam fundamentais para questionarmos as referências conceituais utilizadas pelo núcleo gestor durante as reuniões com os alunos “intrusos” como também pela escola brasileira como um todo para reproduzir a heteronormatividade.

Voltando à reunião dos gestores com os “intrusos”, novamente a direção entra na discussão tentando convencer que a utilização dos banheiros femininos pelos meninos não é natural e promove uma desordem perigosa para a escola. Reitera que as humilhações, violências e impedimentos sofridos pelos meninos nos banheiros deveriam ter sido comunicadas ao núcleo gestor. O aluno Alisson interrompe a fala do representante da gestão: “não ia dar em nada, vocês iam fazer o quê, eles poderiam dizer que não iam fazer mais, mas quando agente tiver lá ia ficar do mesmo jeito” (Depoimento - Alisson/2013). O gestor então faz uma intervenção muito sensata: “então porque vocês não nos mostram alternativas, como a gente pode trabalhar essa questão do preconceito e do bullying na nossa escola, vamos debater e construir uma alternativa juntos...”.



Foi constatado não somente por essas intervenções, como também durante a entrevista com o diretor, que os gestores buscam caminhos para solucionar o impasse, se referindo sempre ao binarismo de gênero e justificando-se através de preceitos religiosos e achados científicos – semelhante aos diretores citados por Cruz (2011) em sua pesquisa. De forma pessimista, José afirma que o preconceito está em toda parte há muito tempo e não vai ser nesta escola que isso vai acabar. Ele inicialmente propõe a utilização dos banheiros masculinos dos professores, mas a ideia é logo rejeitada pelo gestor. Então faz uma proposta muito inusitada e digna de muitas interpretações: “por que a escola não constrói um terceiro banheiro para essas pessoas que sofrem preconceito e discriminação nos banheiros dos homens?” (Depoimento – José/2013).

Semelhante discussão foi engendrada por Lima e Alvarenga (2012) ao problematizar o uso dos banheiros femininos por Nayara – de 19 anos, que cursava o primeiro ano e se considerava travesti até o fechamento do artigo dos autores – e por outras travestis numa escola pública de Belém. Para os autores, travestis e transexuais são as mais atingidas pelas formas de preconceito. Essas pessoas são condenadas a viver na prostituição e há um silenciamento no tocante à saída desses abjetos da escola. Há também um esquecimento de que “a marginalidade e a prostituição são sintomas de exclusões continuadas pelas quais passam aquelas/es que ousam transitar os gêneros inteligíveis”(ibid, p.10). Cruz (2011) se questiona onde a travesti deve “fazer xixi” e Teixeira e Raposo (2007) enfoca, com objetivo de fomentar a reflexão, o uso conjunto dos banheiros que ocorre nas creches e pré-escolas. O que os autores acima não enfatizam e que é um dos focos dessa discussão é a utilização dos banheiros femininos e masculinos pelas chamadas “bichas”, afeminados ou homossexuais assumidos.

A primeira dimensão da proposta do terceiro banheiro a ser realçada vincula-se a superioridade, naturalização, normalidade e sacralidade da heteronormatividade. O padrão heteronormativo determina os “puros”, “sadios”, “normais” e “aceitáveis” como também os contrários a serem expulsos, “guetificados”, inferiorizados, excluídos ou chamados a processos de adaptação, purificação, normalização ou transformação. Tais processos são engendrados nos espaços sociais e tem como alvos processos de subjetivação.

A construção do terceiro banheiro significaria mais um aspecto da “guetificação” do “mundo gay”. Vale ressaltar que o processo de guetificação foi engendrado pelos gays como proteção às “pedagogias do insulto e do armário” engendrados pelos “homens de verdade”. O “gueto”- por mais que exprima a positividade do compartilhamento de cultura entre coisas semelhantes encerra o poder da heteronorma: é necessário ser isolado/apartado espacialmente e simbolicamente para se



sentir bem ou obter resquícios de dignidade humana? Assim, com a “guetificação” que representa a solução do terceiro ou quarto... banheiros aos sujeitos desviantes, a heteronormatividade permanece reinante e intacta, bem como a sua arbitrária naturalidade e domínio simbólico.

Nas discussões com um grupo de alunas sobre o episódio, foi relatado que os “muitos meninos não gostam dos ‘gays’ no banheiro, porque eles entram ficam olhando para o órgão deles e se insinuando, [...] muitos gostam mais outros não, acham nojento” (Depoimento – Carla/2013⁹). A acusação quase generalizada pela sociedade brasileira da promiscuidade e pegação nos banheiros públicos masculinos, mas que se dirige discriminadamente aos “afeminados” e/ou homossexuais, não é nova e se constitui numa das estratégias de construção da condição abjeta da homossexualidade masculina, visto que as pessoas homossexuais femininas são consideradas pelo senso comum como mais amorosas ou “dessexualizadas”. Fry e Macrae (1985, p.107) corrobora essa condição lembrando o quanto é característico o comportamento

de uma grande proporção dos homossexuais masculinos extremamente promíscuos e muitas vezes quase obcecados por detalhes físicos e fisiológicos como tamanho do pênis, o seu próprio ou o do parceiro, e o número de relações sexuais que são capazes de manter em um dia, independentemente do tipo de relação afetiva estabelecida.

Uma das explicações ativas pelos autores é a de que a educação é diferenciada. Um tipo de educação tende a desenfatar a sexualidade para as meninas, enquanto outra a sexualidade é apresentada aos meninos como uma importante forma de auto-afirmação. Na primeira não há ênfase na genitalidade e na segunda ela é elemento definidor da identidade masculina.

No episódio do “terceiro banheiro” percebe-se claramente que as identidades dos sujeitos são materializadas num corpo e esse corpo expressa sua “verdade” em meio às “performances de gênero”, ou seja, às “ficções sociais” impostas e geradoras de “estilos corporais” naturalizadas como próprias de um corpo feminino ou masculino (BENTO, 2006, p. 92). Em resumo, é necessário, além da posse de um pênis ou vagina, a performance corporal situada “corretamente” nos contextos culturais.

O conceito de gênero, mesmo atrelado ao de sexo biológico, nos permite afirmar que a classificação do sujeito – masculino ou feminino – está relacionada consensualmente aos manejos sociais e culturais da genitália. Nos lugares em que a intimidade é focalizada – por exemplo, nos banheiros –

⁹ Depoimento de uma líder de sala após debater em sala de aula com sua turma.



o manejo sexual da genitália é acionado como fundante representação do sujeito. A simples presença da genitália, sem o discurso de sua utilização, promove distinções, principalmente num cenário queer de transgressão da unidade heteronormativa. Ao contrário do que ocorre muitas vezes, a genitália ainda impera como marcador da essência dos “corpos generificados”. Por isso, a grande indignação dos pais das meninas: “são gays, mas acima de tudo são homens”. Como também das meninas: “eles gostam de homens, mas continua um deles”.

6. Inconclusivas

A criança desde cedo é ensinada a deixar de profanar através das negações, interdições, limitações. Somos ensinados a ser capturados por inúmeros dispositivos. Por isso fica tão fácil reproduzir os preconceitos e reproduzir as atividades discriminatórias da cultura. A escola como aparato cultural produz distinções desde sua arquitetura, organização dos espaços até a fala do funcionário que proíbe os corpos queer invadirem os banheiros que não correspondem a sua “verdade” biológica ou arbitrariamente determinada. Infelizmente, por mais que percebamos discursos midiáticos em defesa da diversidade tanto nos meios de comunicação como nos manuais de formação e capacitação de professores, a escola até agora não tem se dado bem com a diversidade humana. Talvez uma nova escola ainda surja para calar tão afirmação.

A escola brasileira atual continua (re)produzindo a heteronormatividade e efetivando processos homofóbicos e heterossexistas, principalmente endereçadas aos sujeitos que fogem à heterossexualidade compulsória. Quando a diversidade cultural e sexual é contemplada, quase sempre é na forma de um exotismo a ser “museificado” e no máximo apreendido como algo que é excepcional, pouco frequente e, por isso, a mensagem transmitida é de continuar sendo, pensando e fazendo o que é normal e impondo aos desvios um processo de reiteração da heteronormatividade.

Talvez um ponto de partida da profanação da cultura de exclusão, preconceito e discriminação em termos da sexualidade seja justamente a efetivação de pedagogias culturais essencialmente norteadas pelo pensar, fazer e sentir profanatórios. Ou seja, não questionar a heterossexualidade compulsória e a padronização da relação sexo-gênero-identidade-desejo de seus usos naturalizados os quais promovem a abjeção das diversidades humanas.

O banheiro escolar encerra um mecanismo/tecnologia social construído a serviço da heteronormatividade. Ele atua prolongando os processos de classificação, hierarquização e abjeção praticados por todos os outros espaços escolares. Sustentados pelo binarismo de gênero, o



dispositivo banheiro precisa ser desestabilizado em seu processo constitutivo. Por isso não adianta construir diversos banheiros para abarcar a diversidade dos sujeitos se essa arquitetura social continuar sendo reflexo da heterossexualidade compulsória.

Os meninos “afeminados” da escola, tentando fugir temporariamente das “pedagogias do insulto e do armário”, acabaram sendo capturados pela heteronormatividade ao propor como solução a construção do “terceiro banheiro”. Ou seja, talvez de forma inconsciente, estavam reforçando a heteronorma ao defender uma espécie de “guetificação” para serem salvos do insulto e do armário e fazerem as suas necessidades fisiológicas.

Em suma, vale nos perguntar com espírito queer ou transviado: quando deixaremos de classificar, determinar, incluir e excluir as subjetividades tomando como referência a divisão binária arbitrária fundada na genitália? Por que todas as construções e enunciações sobre o sexo, gênero e a sexualidade devem passar pelas terminologias ‘homens’ e ‘mulheres’, ‘masculinos’ e ‘femininos’? Será que toda diversidade cultural e sexual só pode ser expressa por esses termos? Por que esses termos foram elencados como representantes fundantes de toda a experimentação humana?

Talvez o grande vilão dos preconceitos e discriminações seja a ditadura do gênero que se expressa nos termos acima citados. Eles foram criados justamente para reproduzir e manter as coisas que encerram sua posse. Em vez de três banheiros, porque não construirmos vários banheiros “unissex” por toda a escola, retirando os símbolos e os emblemas ‘masculino’, ‘feminino’ ou ‘LGBTTT’ e deixando apenas a palavra banheiro. Os banheiros “unissex” podem contribuir para uma tentativa de desestabilização do binarismo de gênero e propiciar ao menos parcialmente a retirada do banheiro da lista dos espaços promotores da homofobia e heterossexismo. Além disso, pode fomentar talvez uma reflexão acerca das arbitrariedades culturais das práticas excludentes e desumanas pautadas nos marcadores sociais: sexo, gênero e sexualidade.

Referências

ALVARENGA, E.C, LIMA, M. L. O banheiro de Nayara: a escola e suas tecnologias heteronormativas. In: *Artifícios* - Revista do Difere - ISSN 2179 6505, v. 2, n.4, dez/2012.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond-Universitária, 2006.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.



- _____. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. In: LOURO, Guacira L. (Org.). *O corpo educado*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, pp. 151-172.
- CRUZ, E. F. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. In: *Psicologia Política*, v. 11, n. 21, jan/jun, 2011. pp. 73-90.
- FOUCAULT, M. *A história da sexualidade I - a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- FRY, Peter, MACRAE, Edward. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: *Revista Educação On-line PUC-Rio* n° 10, p. 64-83, 2012. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0. Acesso: 20/03/2014.
- LAQUER, Thomas. *Inventando o sexo*. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relumé Dumará, 2001.
- LOURO, G. L. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.
- _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 11ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- _____. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério D. (Org.). *Diversidade sexual na educação*. Brasília: MEC, Unesco, 2009, pp. 85-93.
- MACRAE, Edward. Os respeitáveis militantes e as bichas loucas. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011, p. 21-36.
- PELÚCIO, Larissa. É o que tem pra hoje - os limites das categorias classificatórias e as possíveis novas subjetividades travestis. In: COLLING, Leandro (org). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. Coleção CULT; n. 9, p. 111-137.
- PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. Queer nos trópicos. In *Revista Contemporânea*. São Carlos: UFSCar. V.2, N.2, 2012, p. 371-394.
- PRECIADO, Beatriz. *Testo yonqui*. Madri: Espasa, 2008.
- SILVA, T.T. da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias de currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- TEIXEIRA, Adla B. Martins; RAPOSO, Ana E. S. Silva. Banheiros escolares promotores de diferenças de gênero. GT Gênero, Sexualidade e Educação. 30ª reunião anual da ANPED, Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais: Caxambu, 2007.

